

Haddad concorda que Governo 'abusa' da dívida pública

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, disse ontem que concorda com a tese de alguns economistas segundo a qual o Governo está "abusando" da dívida pública em títulos federais e que o mais correto seria cortar gastos fiscais, ao invés de ter de usar o **open** para corrigir desvios da base monetária (emissão de moeda na economia).

Mas, segundo Haddad, a redução dos gastos governamentais requer um processo longo e por enquanto a única alternativa é o emprego do **open market** para conseguir recursos não inflacionários a fim de financiar grandes projetos, como Itaipu e a Ferrovia do Aço.

A dívida pública interna em títulos federais, no final do ano passado, atingiu a 11 por cento do Produto Interno Bruto — Cr\$ 3 trilhões de dívida contra Cr\$ 26,4 trilhões de PIB. Com relação ao PIB de 1981, o volume atual da dívida — Cr\$ 4 trilhões — representa 15 por cento.

Destes Cr\$ 4 trilhões, Cr\$ 2 trilhões estão com o Governo (na carteira do Banco Central e carteiras de empresas governamentais) e Cr\$ 2 trilhões junto as instituições do mercado. Se o Governo resolvesse congelar a dívida pública hoje, ficaria devendo às instituições do mercado Cr\$ 1,8 trilhão.

Para Haddad, a dívida pública pode crescer, em tese, indefinidamente já que "dívida se paga com mais dívida", não havendo, portanto, este perigo de congelamento. No entanto ele reconhece que o pagamento do serviço da dívida e a necessidade de retirar do mercado, este ano, cerca de Cr\$ 500 bilhões, estão pressionando as taxas de juros do mercado aberto, porque é preciso oferecer taxas cada vez mais elevadas aos investidores para que comprem Letras do Tesouro Nacional.

Haddad nega, porém, a relação direta entre as taxas de juros das LTNs com as taxas de juros cobradas pelos bancos em seus empréstimos. De acordo com ele, além da LTN, há outros fatores que mantêm as taxas de juros internas em níveis elevados.

MERCADO NÃO TEM DE LUCRAR

O diretor da Dívida Pública do Banco Central admitiu que o

mercado aberto esteja passando por uma fase de prejuízos desde dezembro do ano passado, mas disse que a função do Banco Central é executar a política monetária e, não, gerar lucros para as instituições financeiras.

— Não iremos propositalmente proporcionar lucros para os bancos, corretoras, distribuidoras que atuam no **open** para que tenham condições de carregar (comprar do Banco Central e manter em carteira) mais papéis. Além disso, os prejuízos não têm criado desinteresse pela compra de LTNs e ORTNs. No leilão de ontem as propostas de compra de LTNs de 91 dias chegaram a Cr\$ 239 bilhões e as propostas para as LTNs de 182 dias, a Cr\$ 138,8 bilhões — afirmou.

Haddad está ciente de que existem atualmente no mercado aberto um clima de insatisfação, devido aos prejuízos causados pelo alto custo dos financiamentos diários, a proibição de operações a futuro com Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e o fim da divulgação para mercado das cotações aceitas pelo Banco Central para os títulos que servem de lastro às operações de desconto de liquidez.

Mas considera que chega a ser lógico que "na medida em que a economia não está muito bem, o **open** também sofra prejuízos".

O que o preocupa mais é a situação das instituições independentes, não ligadas a conglomerados financeiros, porque estas têm menor capacidade para agüentar os reveses do mercado.

— Mas na verdade existem empresas demais operando no **open**, comentou.

E recomendou às instituições "calma, porque os tempos vão melhorar".

DÚVIDAS SOBRE A EXTINÇÃO DO ART. 8º

O diretor do Banco Central disse ainda que gostaria que a elevação do capital mínimo das empresas que operam no **open** com carta de recompra e a criação do **broker** fossem aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional já em sua próxima reunião, no dia 28 deste mês, mas acha que não haverá tempo útil para isso.